



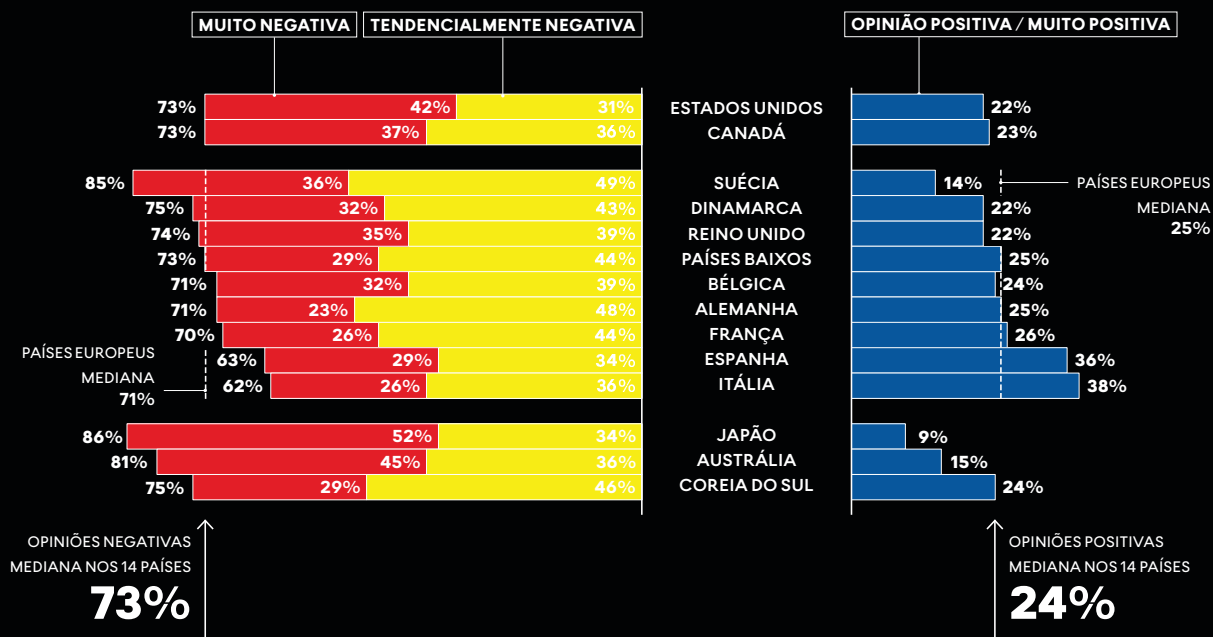
**PORTUGAL
PRECISAMOS
DE UMA NOVA
ARQUITETURA
INTELECTUAL**



Aquele que será provavelmente o maior conflito do século XXI ganha forma diante dos nossos olhos. A meio caminho entre dois gigantes, EUA e China, o que poderá Lisboa fazer?

OPINIÃO NEGATIVA SOBRE A CHINA PREVALECE

Em % das respostas ao inquérito



de julho de 2014. O Boeing 747-440 da Air China aterrou na base das Lajes às 6h53 da manhã e estacionou mesmo em frente ao terminal militar usado desde há décadas pelas forças portuguesas e norte-americanas. Paulo Portas, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, liderava a comitiva portuguesa que ia apresentar cumprimentos de boas-vindas a Xi Jinping, líder do Partido Comunista da China (PCC), de regresso a Pequim após uma viagem à América Latina.

A passadeira vermelha foi estendida por militares portugueses até às escadas do avião. “Os chineses foram muito exigentes com esta passadeira”, disse-me então um militar português. “Tinha de ser um vermelho muito especial e de um tamanho exato. Foi uma trabalhadeira arranjar isto. Nunca tivemos estas exigências.” Um funcionário chinês, de luvas brancas, subiu as escadas e limpou cuidadosamente os corrimões. Só depois é que a porta dianteira do avião foi aberta para Xi Jinping descer as escadas e receber os cumprimentos oficiais da comitiva portuguesa.

A reunião bilateral entre Paulo Portas e Xi Jinping e as respetivas delegações teve lugar às 11h da manhã no Hotel Terceira-Mar, em Angra do Heroísmo. No topo da agenda de Portas estava uma expressão importante para a diplomacia portuguesa: “Parceria estratégica global.” Para o ministro dos Negócios Estrangeiros português era necessário que Xi Jinping a referisse durante o encontro. O líder da China falou primeiro e afirmou que atribuía “grande importância ao desenvolvimento da parceria estratégica global entre a China e Portugal” e que era necessário “elevar ainda mais as nossas relações”. Na resposta, Portas tornou claro que a prioridade de Lisboa era o reforço do relacionamento económico com Pequim.

Nesse dia, a detenção de Ricardo Salgado ofuscou a importância do encontro nos Açores. Para o governo de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, a escala técnica de Xi Jinping na Base das Lajes e a reunião

bilateral com o líder e o núcleo central da elite do PCC foram uma tentativa de ganhar algum protagonismo político em Washington e no eixo Bruxelas-Berlim. O entendimento da liderança chinesa deste encontro foi diferente.

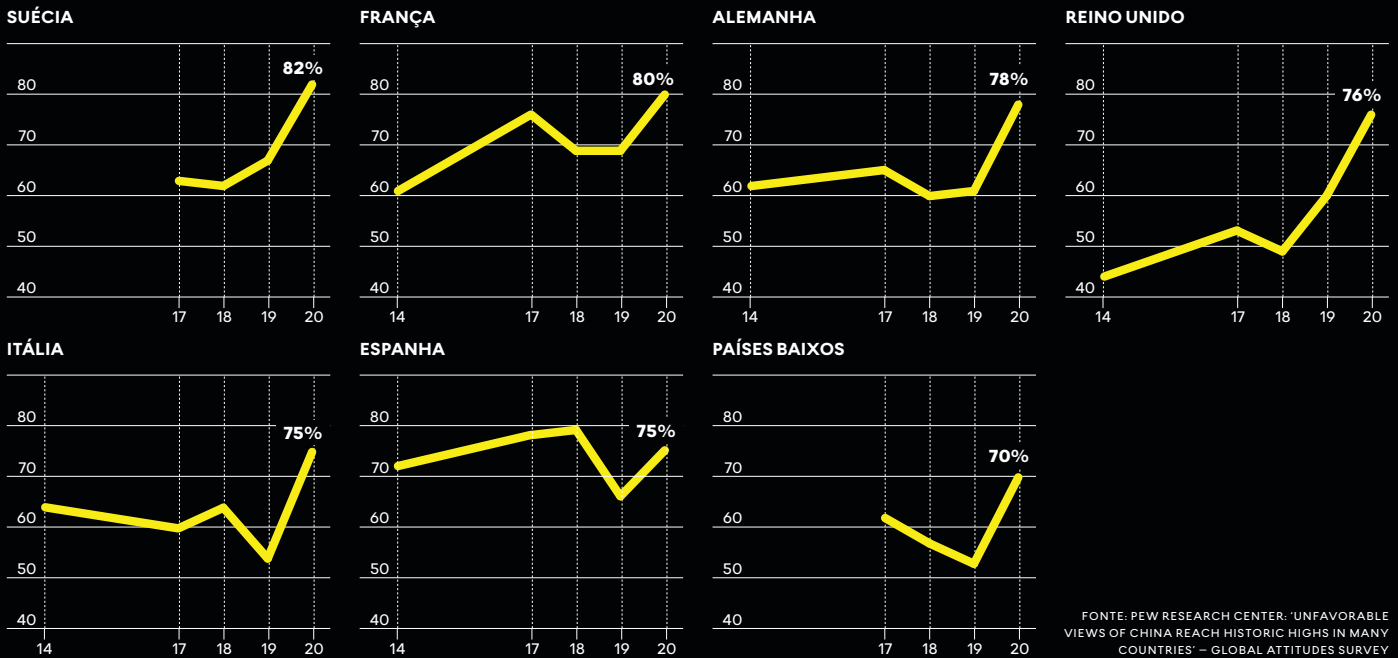
Recordemos que em 2009 tinha sido publicado o “Livro Branco das Rotas Globais do Comando da Mobilidade da Força Aérea” norte-americana (USAF), que desvalorizava o papel logístico das Lajes. A sua missão seria apoiar o tráfego militar norte-americano na rota central do Atlântico em direção à base aeronaval de Rota e à base aérea de Mórón em Espanha. As implicações do Livro Branco da USAF foram desvalorizadas ao nível político em Lisboa. Tal explica a surpresa de Portugal ao tomar conhecimento do plano de redução do número de militares norte-americanos e civis portugueses nas Lajes durante uma visita de José Pedro Aguiar Branco, ministro da Defesa, a Washington no final de 2012. Em Lisboa, a questão passou a ser política. No Pentágono, o assunto era considerado apenas do ponto de vista da eficiência logística e da redução de custos orçamentais. Era necessário poupar anualmente 500 milhões de dólares em instalações militares na Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Holanda, Itália e Portugal e, simultaneamente, começar a deslocar mais meios aéreos e navais para o Pacífico. Na sua última viagem como secretário da Defesa dos EUA, Leon Panetta passou por alguns destes países europeus para justificar as opções do Pentágono. Em Lisboa, Pedro Passos Coelho recusou-se a recebê-lo, o que não aconteceu nos outros países.

Dois anos depois, a “parceria estratégica global” que Xi Jinping referiu no encontro bilateral com Paulo Portas, foi considerada em Lisboa como confirmação do estatuto especial de Portugal na China. Como Portas fez questão de sublinhar na declaração à imprensa no final da reunião bilateral em Angra do Heroísmo, poucos países europeus tinham este



TEXTO
MIGUEL MONJARDINO

CRESCENTE PERDA DE CONFIANÇA EUROPEIA EM XI JINPING



estatuto na capital chinesa. O facto de Lisboa ter acolhido Pequim na privatização de empresas públicas nacionais, imposta pela *troika* ao governo de José Sócrates, tinha sido notado de forma muito favorável e encorajadora na capital chinesa. Para o governo português, a venda da EDP e da REN à China foi uma forma de resolver um problema financeiro premente e evitar uma dependência excessiva em relação a Berlim, Paris e Madrid. O objetivo da “parceria estratégica global” não era apenas aprofundar a relação entre Portugal e a China mas também servir os interesses estratégicos dos dois países na Europa e no mundo. Lisboa encostava-se a um país destinado a desempenhar um papel importante no século XXI. Pequim, por seu lado, adquiria tecnologias avançadas de gestão de redes de que não dispunha e que levaria tempo a desenvolver.

Esta decisão do governo português de tentar equilibrar as relações com Washington e Bruxelas-Berlim através de uma grande aproximação à China foi em parte possível por causa da indefinição de sucessivas Administrações norte-americanas em conceber e executar uma grande estratégia nacional consistente após o final da Guerra Fria. As oscilações entre as Administrações de George H.W. Bush, Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama foram significativas. Tal deveu-se à ausência de um competidor estratégico dos EUA desde 1991 e a acontecimentos como o 11 de setembro e a Grande Recessão de 2007-2009, que desviaram as atenções de Washington.



Quem acompanhou a passagem de Xi Jinping nas Lajes e Angra do Heroísmo percebeu a diferença de estatuto pessoal e político do líder chinês em relação aos seus antecessores. Em 2012, Wen Jiabao, na altura primeiro-ministro da China, fez uma escala técnica nas Lajes e passeou em Angra. Praticamente

ninguém sabia quem ele era. A visita foi informal e discreta. Com Xi Jinping, as coisas foram muito diferentes. Pertence à aristocracia dos “Sucessores Revolucionários”, composta pelos herdeiros dos próximos de Mao Tsé-Tung. O protocolo que rodeou a sua reunião com Paulo Portas foi imperial. O ministro dos Negócios Estrangeiros português foi conduzido pelo embaixador chinês em Portugal por uma porta lateral do Hotel Terceira-Mar com o argumento de que não podia entrar pela porta principal nem encontrar-se com o líder do PCC antes de o encontro começar. Tal seria uma violação do protocolo chinês. O facto de a reunião ter lugar em Portugal era irrelevante para o representante diplomático da China.

Este pequeno incidente foi um reflexo da situação política que se vivia em Pequim. A escolha de Xi Jinping para liderar o PCC resultou de um impasse na capital chinesa. Em 2005, o partido estava seriamente preocupado com o futuro do país. As reformas económicas necessárias para a continuação do desenvolvimento interno tornaram-se quase impossíveis, os líderes das províncias desobedeciam abertamente a Pequim e uma corrupção generalizada ao nível da administração pública e do Exército de Libertação da China minava a legitimidade e o tradicional controlo do poder pelo PCC. Tal não podia continuar. Para ultrapassar estas dificuldades, a opção escolhida foi a centralização do poder e um controlo muito mais apertado das forças armadas e das empresas pelo PCC. Tal explica que no final de 2012 Xi Jinping tenha sido imediatamente nomeado líder do partido, presidente da Comissão Militar Central e Presidente da China.

Em 2014, enquanto Xi Jinping visitava Angra do Heroísmo estava em curso em Pequim e nas províncias chinesas uma forte campanha contra a corrupção no PCC. Como é normal na história chinesa, esta campanha foi utilizada pelo líder do partido para eliminar rivais reais ou imaginários e começar

a controlar o partido e todo o processo de decisão governamental. A expressão “Tu morres; eu vivo” regressou à capital da China. Milhares de carreiras políticas no PCC terminaram de forma abrupta. Instituições que tinham permitido uma progressão meritocrática dentro do partido foram encerradas ou marginalizadas. Centenas de membros do partido foram presos. Muitos foram condenados a penas de prisão e de reeducação política longas.

Com Deng Xiaoping, a limitação do poder do líder nacional pelo partido comunista foi vista como essencial para desenvolver a China do ponto de vista institucional e tornar previsível a sucessão regular das lideranças. Esta foi uma das lições que o PCC retirou da catastrófica Revolução Cultural iniciada por Mao Tsé-Tung em 1966. Com Xi Jinping, o PCC voltou a ser o braço político do líder nacional e um instrumento para o controlo das instituições, empresas públicas e privadas e da sociedade.

Um facto importante na China desde o final dos anos 70 foi o papel da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento do país e concretização dos seus objetivos estratégicos. Quando assumiu o poder, Deng Xiaoping defendeu a importância da integração dos sectores militar e civil. Uma das coisas que foi estudada com muita atenção em Pequim foram as causas do colapso da União Soviética. A conclusão foi que o orçamento militar soviético tinha sido excessivo, tendo prejudicado o desenvolvimento económico do país. A longa experiência dos EUA no uso de tecnologias comerciais para fins militares também foi relevante para o desenvolvimento das ideias do PCC sobre este assunto. Tal explica a importância atribuída por Pequim ao programa “Made in China 2025”, uma tentativa de tornar a China autossuficiente e competitiva a nível internacional nas áreas tecnologicamente mais avançadas num curto intervalo de tempo. O processo de *decoupling*, ou seja, o processo de separação de sectores tecnológicos entre

a China e os EUA não começou com Donald Trump em 2018, mas em Pequim alguns anos antes.

A importância de uma nova geração de infraestruturas digitais foi bem entendida pelo PCC. Para tal (para quê?) era essencial dispor de tecnologias avançadas para o desenvolvimento de novas redes de telecomunicações 5G, meios de reconhecimento facial, análise de grandes quantidades de dados e sistemas de inteligência artificial. Estas infraestruturas são consideradas na capital chinesa não só como um instrumento para a manutenção da estabilidade interna mas também de grande utilidade para a afirmação internacional da sua tecnologia e do seu modelo político. Tal é frequentemente ignorado em alguns países europeus. O melhor exemplo é a Huawei, uma empresa aparentemente privada, que foi generosamente apoiada pelo Estado chinês para se tornar um dos líderes mundiais do 5G.

Tal como os EUA, a Alemanha, a Inglaterra, a França e o Japão, Pequim apoiou-se na sua comunidade científica para investir fortemente no desenvolvimento de normas nacionais para esta nova geração de tecnologias digitais e tornou-se membro permanente da ISO, a principal organização internacional não-governamental nesta área. Este foi um passo decisivo e ignorado por muitos governos e empresas privadas, para a exportação e utilização de tecnologias chinesas nodais nas futuras “cidades inteligentes.” As normas nacionais são uma forma subtil de protecionismo económico e influência política. Uma vez adotadas, torna-se muito difícil alterar as escolhas tecnológicas que entretanto foram feitas.



Em 2014, Nadia Schadlow, uma académica especializada em assuntos de política internacional e defesa na Smith Richardson Foundation no EUA, criticou a Administração Obama por ter dificuldade em compreender o espaço entre a paz e a guerra. Segundo ela, essa “paisagem em agitação com competições políticas, económicas” requeria uma atenção constante por parte dos decisores em Washington. Assim, a grande estratégia dos EUA devia passar a incluir o conceito de “Competição”, com o objetivo de diminuir a margem de manobra dos adversários, convencer os países indecisos entre Washington e a China e influenciar o resultado das competições em curso na política internacional. Esta mensagem não foi esquecida.

Em 2017, Schadlow foi recrutada pelo tenente-general H. R. McMaster, o então conselheiro nacional de segurança da Administração Trump, e responsável pela redação da Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA. Normalmente, a negociação burocrática e política deste documento é um processo longo e árduo. Todavia, nesse ano, o consenso em Washington entre Republicanos, Democratas e as principais instituições envolvidas na ESN foi vasto e rápido. O documento foi publicado no final de 2017 e nele a China era definida como uma “potência revisionista” e um “competidor estratégico” dos EUA. No ano seguinte, a Estratégia de Defesa Nacional do Pentágono confirmou esta avaliação e o vice-presidente Mike Pence foi ao Hudson Institute, um centro de reflexão estratégica, fazer um discurso muito crítico sobre a China.

No final de 2018, tornou-se evidente em Washington que o tempo em que as questões de segurança nacional e de economia podiam ser separadas

politicamente e correr em estradas paralelas estava a chegar ao fim. Tal era particularmente evidente na área das telecomunicações. A preocupação de que os EUA estavam a ser ultrapassados pela China nas tecnologias do futuro, tornou-se permanente na capital norte-americana. Tal como aconteceu no final dos anos 50 com a URSS e nos anos 80 do século passado com o Japão, Pequim passou a ser considerada uma superpotência científica e tecnológica. Em 2019, a Administração Trump impediu a Huawei de vender equipamento para as redes 5G na América.

Dois meses depois do discurso de Mike Pence no Hudson Institute, Xi Jinping fez uma visita de Estado a Portugal. Os acordos assinados mostraram a evolução da “parceria estratégica global” desde a reunião bilateral de Paulo Portas com o líder chinês em Angra do Heroísmo em 2014. O último documento rubricado na presença de António Costa e de Xi Jinping, o memorando de entendimento entre a Huawei e a Altice para o desenvolvimento da rede 5G em Portugal, passou despercebido do ponto de vista político. Para os decisores nacionais e os principais partidos políticos, a ligação entre a política externa e as escolhas tecnológicas tinha sido mais uma vez ignorada, uma evidência da nossa superficialidade na avaliação desta matéria. Todavia, como tive oportunidade de chamar a atenção aqui (“Portugal, as redes 5G e a Huawei”, 9 de fevereiro de 2019), a opção tecnológica nacional ao nível do 5G teria importantes implicações nas questões de segurança e defesa e no relacionamento com os EUA.

Mais tarde, o Presidente da República contornou habilmente esta questão afirmando que o país “não está vinculado por acordo entre privados, ainda não se descobriu esta figura”. É verdade. O facto, todavia, é que a assinatura do memorando ocorreu durante

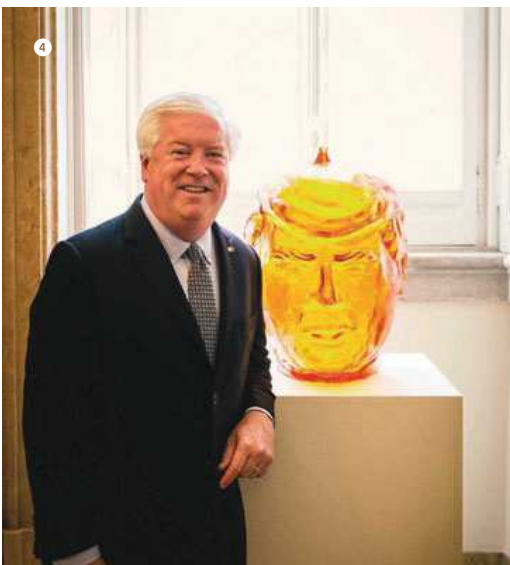
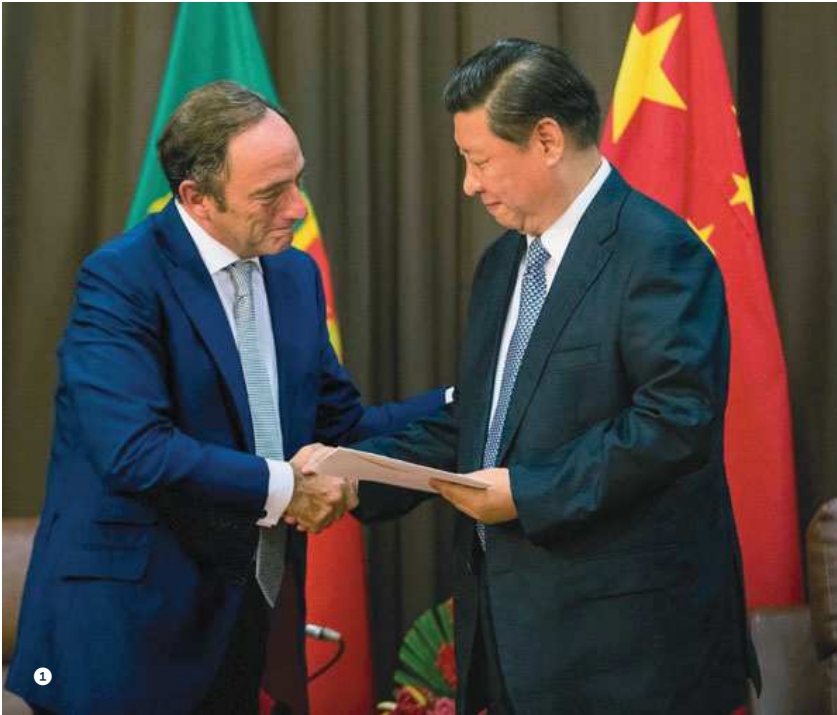
Paulo Portas foi conduzido pelo embaixador chinês em Portugal por uma porta lateral do Hotel Terceira-Mar com o argumento de que não podia entrar pela porta principal nem encontrar-se com o líder do PCC antes de o encontro começar

a visita de Xi Jinping e envolveu uma empresa de tecnologia vista pelo PCC como essencial para a sua afirmação externa e influência na nova infraestrutura digital a nível mundial. Acresce que Pequim, e a Huawei, sempre disseram que os países que adotassem a sua tecnologia seriam beneficiados em termos de investimento direto estrangeiro e investigação científica. Do ponto de vista da liderança chinesa, a Huawei faz parte da “parceria estratégica global” com Portugal. É difícil entender que em dezembro de 2018, São Bento, Belém e o Palácio das Necessidades não estivessem perfeitamente cientes de que a questão ultrapassava largamente contratos entre privados e teria consequências para o futuro do país.

A assinatura do memorando entre a Altice e a Huawei surpreendeu Washington. George Glass, o embaixador norte-americano em Portugal, criticou publicamente a posição do governo. Todavia, Portugal e muitos países europeus resistiram à forte pressão diplomática de Washington. Três factos explicam porquê. Para começar, nos EUA as bandas de frequência do espectro eletromagnético que seriam utilizadas nas redes 5G dos países europeus estão reservadas ao governo federal e ao Pentágono. Tal coloca Washington em desvantagem comercial ao nível do desenvolvimento desta tecnologia e suas aplicações. O segundo facto é o modelo de negócio de empresas norte-americanas como a Cisco e a Qualcomm, que fabricam componentes de equipamentos para as redes 5G. A sua margem de lucro é significativa. Assim, nenhuma delas estava interessada em competir com a Huawei em outros segmentos do mercado 5G considerados muito menos lucrativos. Washington compreendeu que a área 5G era dominada pela Huawei, a Nokia e a Ericsson, e que não tinha nenhuma empresa norte-americana para propor como alternativa aos países europeus. Tal leva-nos ao terceiro facto. A maioria dos governos e operadores de telecomunicações europeus preferia trabalhar com a Huawei, que foi muito hábil em criar a impressão junto dos decisores políticos e opiniões públicas de que era a líder mundial neste campo. Esta falta de alternativas da parte da Administração Trump levou William Barr, procurador-geral dos EUA, a propor no início deste ano a aquisição da Nokia e da Ericsson por um consórcio de empresas privadas norte-americanas e europeias. A proposta não teve acolhimento em Washington nem em Bruxelas.

A mudança da avaliação dos EUA sobre a China, a sua ofensiva diplomática na Europa, o crescente ceticismo dos países europeus mais influentes em relação a Pequim e o início da negociação em Bruxelas de um processo para criar um consenso político sobre as escolhas tecnológicas no campo 5G e da inovação industrial não alteraram a posição de Portugal em relação à China. Lisboa fez o que muitos pequenos e médios países fizeram ao longo da década: procurou manipular o crescente antagonismo entre Washington e Pequim.

Em junho do ano passado, num discurso na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), uma instituição fundada para aprofundar as relações entre Washington e Lisboa, o Presidente da República voltou à questão das Lajes: “Eu não sei o que aconteceu às cabeças americanas, que descobriram há alguns anos que os Açores já não eram estrategicamente importantes para os Estados Unidos da América. Eu disse para mim próprio: é uma loucura.” Seguiu-se a sugestão de que uma retirada norte-americana deixaria espaço para a China no Atlântico.



Como adiante ficará claro, Marcelo Rebelo de Sousa na altura já teria conhecimento de uma mudança de posição do Pentágono sobre as Lajes. Na ilha Terceira, quem tivesse prestado atenção às obras de pavimentação da antiga pista transversal na base aérea nº 4 e à sua dimensão também já teria tirado conclusões sobre a direção do interesse militar dos EUA. Por razões compreensíveis, o Presidente da República não disse na FLAD algo que é do conhecimento geral em Washington: Portugal não quer que Washington saia das Lajes. Tem sido do nosso interesse permanente ter uma presença militar norte-americana no centro do espaço geopolítico nacional no Atlântico. Quando dizemos que os EUA nunca sairão das Lajes estamos de facto a afirmar que tal também não é do nosso interesse. Muitos em Lisboa nunca tornam isto claro.

Em entrevista a Maria João Avillez no “Observador”, Augusto Santos Silva tentou preservar o espaço de manobra negocial de Portugal entre os EUA, a União Europeia e a China com uma frase hábil do ponto de vista diplomático: “A China é nossa parceira, mas não é nossa aliada.” Ou seja, a posição de Lisboa continuava a assentar numa distinção clara entre as questões de segurança nacional e as da tecnologia e da economia. Para Portugal, estas continuavam a ser áreas separadas e paralelas. Como tal, não tínhamos de escolher entre a China e os EUA. A Presidência da República, o gabinete do primeiro-ministro, o PS, PSD e o CDS-PP partilhavam esta convicção.

No final de 2019, uma nova doença infecciosa apareceu na cidade chinesa de Wuhan. A Organização Mundial de Saúde chamou-lhe SARS-CoV-2 (covid-19).



O tempo, e a maneira como é avaliado pelos decisores, é uma variável decisiva na política internacional. Depois da surpresa inicial, a pandemia acabou por ser vista em Pequim como uma oportunidade histórica para a afirmação do PCC a nível interno e externo. Na capital da China muitos olham para os EUA como a nova União Soviética, uma federação que em tempos idos acreditou ter descoberto o sistema político perfeito e anunciado o fim da história. A covid-19 é a prova de que estão em curso grandes mudanças na política internacional. Este é o momento certo para a expansão da China. Acho que isso explica o que me parece ser a preferência de Xi Jinping pela vitória de Donald Trump nas próximas eleições presidenciais nos EUA. Tal seria péssimo para as relações entre os dois países, mas eliminaria as vozes que no PCC mais têm criticado as escolhas do líder chinês.

Desde o início da pandemia, a retórica de muitos diplomatas chineses nas redes sociais tem sido catastrófica para a reputação e influência internacional da China. As suas declarações cumprem as instruções da Comissão Central da Inspeção de Disciplina do PCC após um apelo de Xi Jinping para o Ministério dos Negócios Estrangeiros passar a mostrar um espírito mais aguerrido na defesa do país. Os resultados têm sido muito maus. Como uma sondagem recente do Pew Research Center tornou claro, na Europa as opiniões sobre a China e Xi Jinping nunca foram tão negativas como agora. É provável que a História venha a considerar que as escolhas da liderança chinesa em 2020 foram um erro estratégico que diminuiu o poder do seu país a nível externo e semeou as condições para o aumento da instabilidade política a nível interno a

médio e longo prazo. A pandemia tem contribuído para aumentar o autismo estratégico do Império do Meio, um país com muito poucos aliados e uma geografia continental e marítima ingrata.

No entanto, a pandemia também tem tido efeitos muito negativos para a imagem e a reputação internacional dos EUA. Na sondagem do Pew Research Center, Donald Trump consegue o feito de ser ainda mais impopular do Xi Jinping. Convenhamos que não é fácil. Para a geração europeia que nasceu em 2000, a América parece ser um “shithole country.”

Mesmo assim, é útil sublinhar que em Washington não há divisões significativas entre Republicanos e Democratas no que diz respeito à China. Este é o único tema em que congressistas progressistas como Elizabeth Warren e Alexandria Ocasio-Cortez concordam com conservadores como Tom Cotton e Marco Rubio. Nos últimos meses, altos funcionários como Mike Pompeo (secretário de Estado), Robert O’Brien (conselheiro nacional de Segurança), William Barr (procurador-geral), Matt Pottinger (subdiretor do Conselho Nacional de Segurança) e Chris Wray (diretor do FBI) fizeram discursos sobre a China. Isto indicia uma grande coordenação política e burocrática entre os vários departamentos do governo federal.

Além da retórica política, Washington tem procurado agir de duas formas contra o modelo político tecno-autoritário da China. A primeira é tentar alterar a organização logística das empresas que fabricam componentes em indústrias de tecnologias avançadas. A Administração Trump tem pressionado estas empresas a sair da China. Para as interessadas, o problema está a ser o custo associado a este processo e a dificuldade em encontrar um ecossistema de produção tão eficiente como o chinês. A segunda forma de pressão de Washington tem passado pela utilização de sanções extraterritoriais que impedem ou dificultam consideravelmente a venda de componentes fabricados nos EUA às empresas chinesas. Por exemplo, as empresas internacionais que produzem processadores

No final de 2018, tornou-se evidente em Washington que o tempo em que as questões de segurança nacional e de economia podiam ser separadas politicamente e correr em estradas paralelas estava a chegar ao fim

que incluam alguma tecnologia norte-americana só os podem vender à Huawei ou à Semiconductor Manufacturing International Corporation com autorização prévia de Washington. O impacto das sanções nas operações destas empresas tem sido considerável. Na capital dos EUA, a gestão da competição com a China está a ser feita por via tecnológica e económica.

Em agosto, ao mesmo tempo que a Administração Trump aplicava estas sanções, Mike Pompeo anunciava as “Redes Limpas”, um novo programa que acentua a necessidade de os EUA desenvolverem e comercializarem com os seus aliados redes 5G, infraestruturas de telecomunicações e serviços assentes na transparência, competição recíproca e nas regras do Estado de direito. Na semana passada, a Alliance for Telecommunications Industry Solutions (ATIS) anunciou o lançamento da Next G Alliance, para a evolução do 5G e desenvolvimento do 6G. São membros fundadores empresas como a AT&T, Bell Canada, Ericsson, Ciena, JMA Wireless, Microsoft, Nokia, Qualcomm Technologies, Samsung, T-Mobile, UScellular e Verizon. Outras empresas juntar-se-ão a esta aliança.

Em 2019, a Comissão Europeia classificou a China como um “rival sistémico”. As suspeitas e as resistências sobre os investimentos de empresas chinesas em áreas consideradas estratégicas aumentaram consideravelmente nos países europeus. Um regulamento de avaliação prévia destes investimentos foi proposto em Bruxelas. Países como Portugal, que necessitam do investimento chinês e da sua “parceria estratégica global” com Pequim, ou que são mais liberais em termos económicos, como os do Norte da Europa, resistiram e dificultaram a negociação de um consenso europeu sobre o tema.

Mesmo assim, foi iniciado um processo burocrático e político para criar uma “Caixa de Ferramentas 5G” de forma a enquadrar as futuras escolhas dos governos europeus nesta matéria. De então para cá, a posição europeia no sector das telecomunicações convergiu com a dos EUA. O recente encontro em Bruxelas entre Keith Krach, o subsecretário de Estado dos EUA, com Thierry Breton, o comissário europeu para o Mercado Interno, tornou evidente que a Huawei terá muita dificuldade em ter um papel central na nova infraestrutura europeia do 5G. O papel dominante na fase inicial das novas redes 5G caberá a duas empresas europeias, a Nokia e a Ericsson.

O Conselho Europeu que terá lugar a 16 de novembro em Berlim será importante para clarificar o rumo das relações da União Europeia e a China. Do ponto de vista dos países europeus mais influentes e da Comissão Europeia, a China deverá finalmente garantir a reciprocidade no acesso ao seu mercado, respeitar a propriedade intelectual das empresas estrangeiras, pôr fim à obrigação de transferência de tecnologia e reduzir os subsídios às suas empresas públicas. Pequim terá de avaliar as consequências de uma vitória de Joe Biden para a gestão dos seus interesses com Bruxelas e o sentimento crescentemente negativo das opiniões públicas europeias em relação à China por causa de Xinjiang, Tibete e Hong Kong.



E nós? Nos países de língua inglesa, todas as crianças conhecem a história de Goldilocks, a menina com cabelos de ouro, e os três ursos. Depois de experimentar as papas de aveia dos três ursos, a menina conclui que não gosta delas nem muito quentes nem muito frias.

Prefere as que do seu ponto de vista estão na temperatura correta. Durante a última década, Portugal adotou uma política externa Goldilocks em relação aos EUA, a União Europeia e a China. A transição da relação entre Pequim e Washington para a competição coloca em causa esta opção. Portugal é um barómetro da política internacional. Os países pequenos são sempre os primeiros a sentir o impacto dos choques tectónicos no mundo. Resistem como podem, mas a sua margem de manobra diminui inexoravelmente. Mais tarde ou mais cedo, as circunstâncias e a necessidade forçam-nos a fazer escolhas.

No final de setembro, numa entrevista a Vítor Matos neste jornal, George Glass afirmou que Portugal “acaba inevitavelmente por ser parte do campo de batalha na Europa entre os EUA e a China”. Como tal, “tem de fazer uma escolha agora. Não se pode ter os dois... ou trabalhar com os parceiros de segurança, os aliados, ou trabalhar com os parceiros económicos, os chineses”. Esta intervenção gerou indignação em Portugal.

Augusto Santos Silva, como lhe compete, respondeu em nome do governo: “O Governo português regista as declarações. Mas o ponto fundamental é este: em Portugal, quem toma as decisões são as autoridades portuguesas, que tomam as decisões que interessam a Portugal, no quadro da Constituição e da lei portuguesa e das competências que a lei atribui às diferentes autoridades relevantes.” A frase é precisa do ponto de vista legal, mas não esclarece o ponto decisivo: quais são os interesses permanentes de Portugal, a sua hierarquia e o modo como são concretizados no atual contexto internacional? A liderança política nacional está a ter muita dificuldade em responder à pergunta. Há quatro pontos a considerar aqui.

O primeiro é Donald Trump, um Presidente preguiçoso, pouco informado e muito errático, que tem contribuído para aumentar a incerteza sobre a posição dos EUA na política internacional. O instinto de Trump é demolir. Construir é incompatível com a sua indisciplina, a sua ignorância sobre a herança do passado e o seu desinteresse pelos detalhes que rodeiam a negociação de novos consensos. Estes factos aumentam os incentivos de capitais como Lisboa para manter a ambiguidade em temas essenciais no triângulo União Europeia-EUA-China. Mesmo assim, como as obras de asfaltagem na base das Lajes em 2019 indiciam, as negociações sobre o seu uso para treino de aterragens e descolagens em pistas curtas e missões de apoio do comando militar norte-americano do Africom estão praticamente concluídas. Isto significa que a base passará a integrar a rota sul no Atlântico entre os EUA e África. Para Lisboa, esta será uma vitória política em tempos de pandemia.

A China é o segundo ponto. Para os decisores e diplomatas portugueses, Macau tem sido a prancha da nossa relação com a China. O mais curioso é que a ideia de transformar a região na ponte entre Lisboa e Pequim não foi nossa, mas sim chinesa, ao ver na “parceria estratégica global” com Lisboa um instrumento político para tentar aumentar a exposição da China ao mundo. As negociações para a devolução de Macau à China levaram-nos por caminhos muito diferentes. Tal como aconteceu com a Inglaterra a propósito de Hong Kong, concluímos que Pequim acabaria por convergir com o sistema político e económico destas duas cidades durante o período de transição. Esta convergência, por sua vez, conduziria

Por temperamento, formação académica e experiência, Marcelo e Costa são políticos com uma visão nacional e tática dos problemas. A ciência, a tecnologia ou as questões estratégicas nunca lhes interessaram muito

à liberalização da China, que passaria a ser um país normal do ponto de vista europeu. Tal não aconteceu até agora.

Sob este ponto de vista, Xi Jinping tem sido uma desilusão para Lisboa que, por um lado, necessita de atrair novas empresas industriais e continuar a desenvolver Sines como uma plataforma comercial e energética na Europa, mas recebe que novos investimentos chineses venham acompanhados de condições políticas incompatíveis com a relação com os EUA e a União Europeia. Nesta situação, a nossa hesitação no 5G tem uma explicação simples. Queremos evitar uma clarificação sobre o assunto. A ordenação da posição de Portugal e de Bruxelas nesta matéria é uma forma de diminuir a nossa responsabilidade perante Pequim pela decisão final. Bruxelas é a nossa almofada junto do PCC. Além disso, convém lembrar que António Guterres só será reeleito secretário-geral da Organização das Nações Unidas se não tiver a oposição da China.

O terceiro ponto é a indefinição do período que vivemos. É cada vez mais comum ouvir falar na Ásia, Europa e América do Norte numa Guerra Fria entre a China e os EUA. Este mês, o “Financial Times” começou a publicar uma série de artigos sobre o tema. A expressão tem a vantagem de ser facilmente compreendida pelos decisores políticos, líderes empresariais e opinião pública. Todavia, como tive oportunidade de transmitir neste jornal na coluna “Guerra e Paz”, o termo parece-me ser enganador. A URSS nunca teve cidades com a vitalidade e a ambição de Xangai, ou um ecossistema de produção industrial de classe mundial como Shenzhen, uma cidade com um produto interno bruto de 366 mil milhões de dólares. Além disso, os níveis de integração tecnológica, económica e social entre Washington e Moscovo

durante a Guerra Fria foram mínimos quando comparados com os dos EUA e a China nos últimos 40 anos. Apesar da retórica em Pequim e em Washington e das suas opções no sector tecnológico, a integração financeira entre os dois países acelerou nos últimos meses. Do ponto de vista histórico, faz mais sentido comparar 2020 com a rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha no início do século XX ou com a dos EUA e o Japão na década de 30.

Por fim, a dificuldade de Portugal em definir e hierarquizar os seus interesses e valores está relacionada com o conceito de “competição” introduzido por Nadia Schadlow na Estratégia Nacional de Segurança dos EUA. Schadlow é uma cientista política reputada que compreende a importância da definição dos conceitos para estruturar o pensamento. Um “competidor estratégico” não é um amigo. Pode não ser ainda um inimigo mas é certamente um adversário. A dúvida em Washington é definir o que envolve esta competição com Pequim. A Administração Trump foi a primeira que suscitou esta questão. Até agora, Washington vê esta competição acontecer ao nível ideológico e das tecnologias mais avançadas. Na próxima década, os decisores norte-americanos terão de aprofundar este assunto. Em Bruxelas terá de acontecer o mesmo.

Este processo afetará Portugal. É inevitável. No caso de Donald Trump ganhar as eleições presidenciais, o mais natural é que os próximos anos sejam turbulentos a nível internacional. Tal turbulência aumentaria os incentivos para Portugal tentar manter a sua política Goldilocks com os EUA, a União Europeia e a China. Como todos sabemos, Lisboa prefere a vitória de Joe Biden. O mais natural é que a sua administração fizesse escolhas mais consistentes com o posicionamento internacional dos EUA e gestão das suas alianças e acordos internacionais. Tal daria a Portugal um ou dois anos de espaço de manobra. Biden, todavia, insistirá no apoio dos aliados de Washington na competição ou negociação com Pequim nas questões políticas, económicas, tecnológicas e ambientais. Dito de outra forma, no caso de mantermos a política Goldilocks, uma administração Biden aumentará a prazo os dilemas de Portugal.

Temos de começar a discutir o essencial: precisamos de desenvolver uma arquitetura intelectual que estruture o nosso pensamento e escolhas a nível internacional. Sobretudo com os nossos aliados na Europa e na América do Norte. Quanto à Ásia, a China será certamente o país mais importante. Todavia, o Japão, Taiwan, a Coreia do Sul, Singapura, a Índia e a Rússia também serão importantes para os nossos interesses. O continente asiático será multipolar e multidimensional. Isto terá de ser tido em conta.

A conceção desta nova arquitetura intelectual só será possível com uma intervenção e contribuição decisiva do Presidente da República e do Primeiro-Ministro. Não necessitamos de mais relatórios ou grupos de trabalho. O problema é que, por temperamento, formação académica e experiência, ambos são políticos com uma visão nacional e tática dos problemas. A ciência, a tecnologia ou as questões estratégicas nunca lhes interessaram muito. Em Portugal, praticamos a duvidosa arte de navegar à vista. A pandemia, uma urgência nacional de duração indefinida, retira tempo e energia ao Presidente da República e ao primeiro-ministro para esta tarefa. Infelizmente, para lá da urgência há coisas importantes. ●

e@expresso.impresa.pt